

Concessionária
Auto Raposo
Tavares S.A.

**Demonstrações financeiras referente ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	25
Balancos patrimoniais	29
Demonstrações de resultados	30
Demonstrações do resultado abrangente	31
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	32
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	33
Demonstrações do valor adicionado	34
Notas explicativas às demonstrações financeiras	35

RELEASE DE RESULTADOS

4º TRIMESTRE
2025

 ri.cartsp.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A06F385C-6C04-7101.



Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A06F385C-6C04-7101.



Introdução

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia” ou “CART”) apresenta aos seus investidores, credores e ao mercado em geral o Release de Resultados referente ao quarto trimestre de 2025.

As informações financeiras e operacionais a seguir apresentadas, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os valores e dados que não constam nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas não foram objeto de revisão ou auditoria pelos auditores independentes.

Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., bem como as respectivas demonstrações financeiras relativas ao exercício aqui apresentado.

As demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicadas de forma consistente com as principais práticas contábeis descritas nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

As informações financeiras e operacionais, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em milhares de reais, e as comparações referem-se ao mesmo período do exercício anterior.

As informações consolidadas incluem, quando aplicável, dados proporcionais de controladas em conjunto. As informações não financeiras, bem como demais informações operacionais apresentadas neste release, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos deste release podem apresentar pequenas variações decorrentes de arredondamentos.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A06F-86BC-6C04-7101.

Mensagem da Administração

É com grande satisfação que apresentamos os resultados do período, que reforçam a consistência e a assertividade dos pilares estratégicos da CART – Concessionária Auto Raposo Tavares. O desempenho operacional e financeiro demonstra a solidez do nosso modelo de negócio, a eficiência da gestão e a evolução sustentável da Companhia.

Registramos crescimento da Receita Líquida de 9,1%, alcançando R\$ 795,6 milhões, impulsionado principalmente pela evolução do tráfego total, que atingiu 68,5 milhões de veículos, com crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior, além da atualização contratual das tarifas. O EBITDA Ajustado somou R\$ 488,9 milhões, com avanço de 12,9%, refletindo expansão de margem e a capacidade da Companhia de converter crescimento operacional em geração consistente de caixa. O EBIT apresentou crescimento ainda mais expressivo, totalizando R\$ 257,6 milhões, com alta de 25,2%, evidenciando ganhos de eficiência operacional e maior alavancagem operacional do negócio.

A disciplina na gestão de custos permaneceu como um dos principais diferenciais da CART. As iniciativas de controle, otimização de processos e aumento de produtividade resultaram em redução de 6,9% nos custos, contribuindo de forma relevante para a melhoria da rentabilidade. Como consequência, o Lucro Líquido atingiu R\$ 78,2 milhões, representando um crescimento expressivo de 253,6% em relação a 2024, quando havia sido registrado R\$ 22,1 milhões, reforçando o fortalecimento da estrutura financeira da Companhia.

Mantivemos um ritmo consistente e responsável de investimentos, com CAPEX ajustado em -13,1%, direcionado prioritariamente à conservação, manutenção e melhoria da infraestrutura rodoviária sob concessão. Os investimentos realizados seguem focados na segurança viária, na qualidade dos serviços prestados e no conforto dos usuários, contribuindo para a fluidez do tráfego, a mitigação de riscos operacionais e o pleno cumprimento das obrigações contratuais junto ao Poder Concedente.

Na esfera regulatória e institucional, a CART manteve atuação transparente, técnica e colaborativa junto aos órgãos reguladores, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e a sustentabilidade de longo prazo da operação. Essa condução responsável é fundamental para a continuidade dos investimentos e para a geração de valor aos stakeholders.

Avançamos também de forma consistente em nossa agenda ESG, com o fortalecimento da cultura de segurança, ética e integridade, além de iniciativas voltadas ao desenvolvimento social nas regiões atendidas. A redução dos indicadores de acidentes, o aprimoramento do relacionamento com a sociedade e a atuação responsável nas questões ambientais reafirmam nosso compromisso com uma operação segura, sustentável e alinhada às melhores práticas do setor de concessões rodoviárias.

Por fim, destacamos que os resultados alcançados refletem o empenho e a dedicação de nossos colaboradores, bem como a confiança dos usuários, parceiros institucionais, credores e demais partes interessadas. Seguimos firmes no compromisso com a excelência operacional, a disciplina financeira e a geração de valor sustentável ao longo de todo o período da concessão, consolidando a CART como um ativo estratégico para a mobilidade e o desenvolvimento regional.

Principais Resultados 2025

EBITDA (mi)

488,9

+12,9%

(comparado com 2024)

EBIT (mi)

257,6

+25,2%

(comparado com 2024)

Lucro Líquido (mi)

22,1

2024

78,2

2025

+253,6%

(comparado com 2024)

Custos (mi)

-6,9%

(comparado com 2024)

Tráfego (mi)

Leve

19,1

2024

Pesado

46,7

Leve

19,7

Pesado

48,8

2025

Total

68,5

(+4,10% comparado ao ano anterior)

CAPEX (mi)

-13,1%

(comparado com 2024)

Receita Líquida (mi)

775,8

2024

795,6

2025

+2,5%

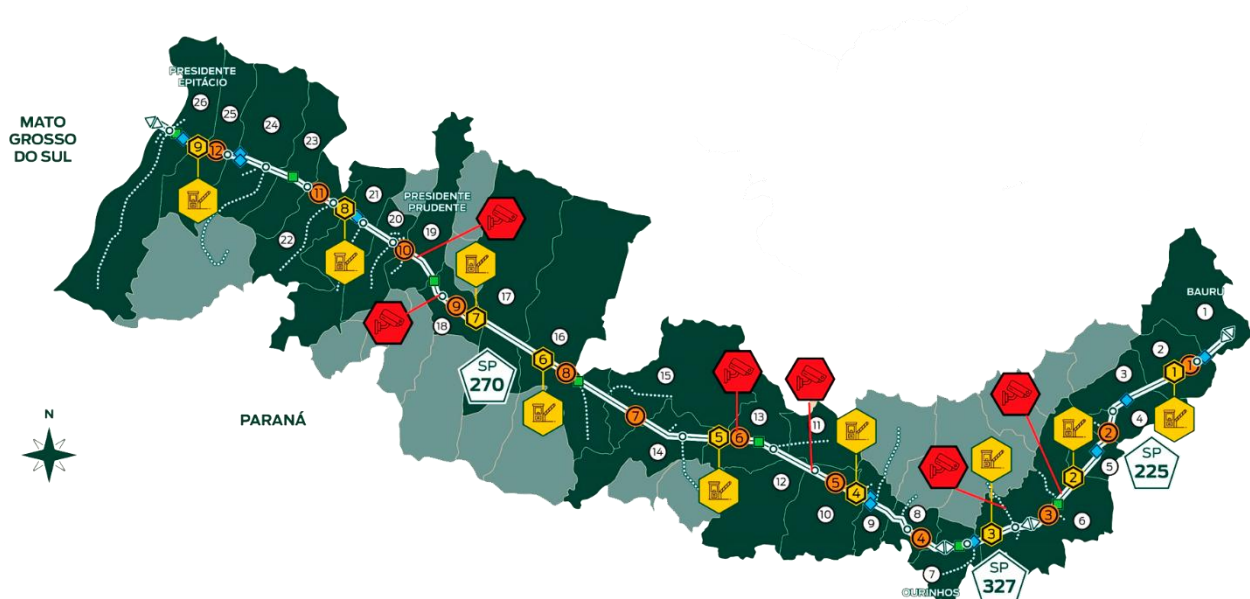
(comparado com 2024)

A Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART é uma empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. – IBH II, sociedade de propósito específico cujo objeto social consiste exclusivamente na administração, operação, manutenção e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP).

A CART detém, até 2039, a concessão para exploração das rodovias estaduais SP-225 – João Baptista Cabral Rennó, SP-327 – Orlando Quagliato e SP-270 – Raposo Tavares, totalizando **aproximadamente 834 quilômetros de extensão**, no trecho compreendido entre os municípios de Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.

Imagem 01 – Mapa rodoviário integral, contendo os 834 quilômetros de extensão



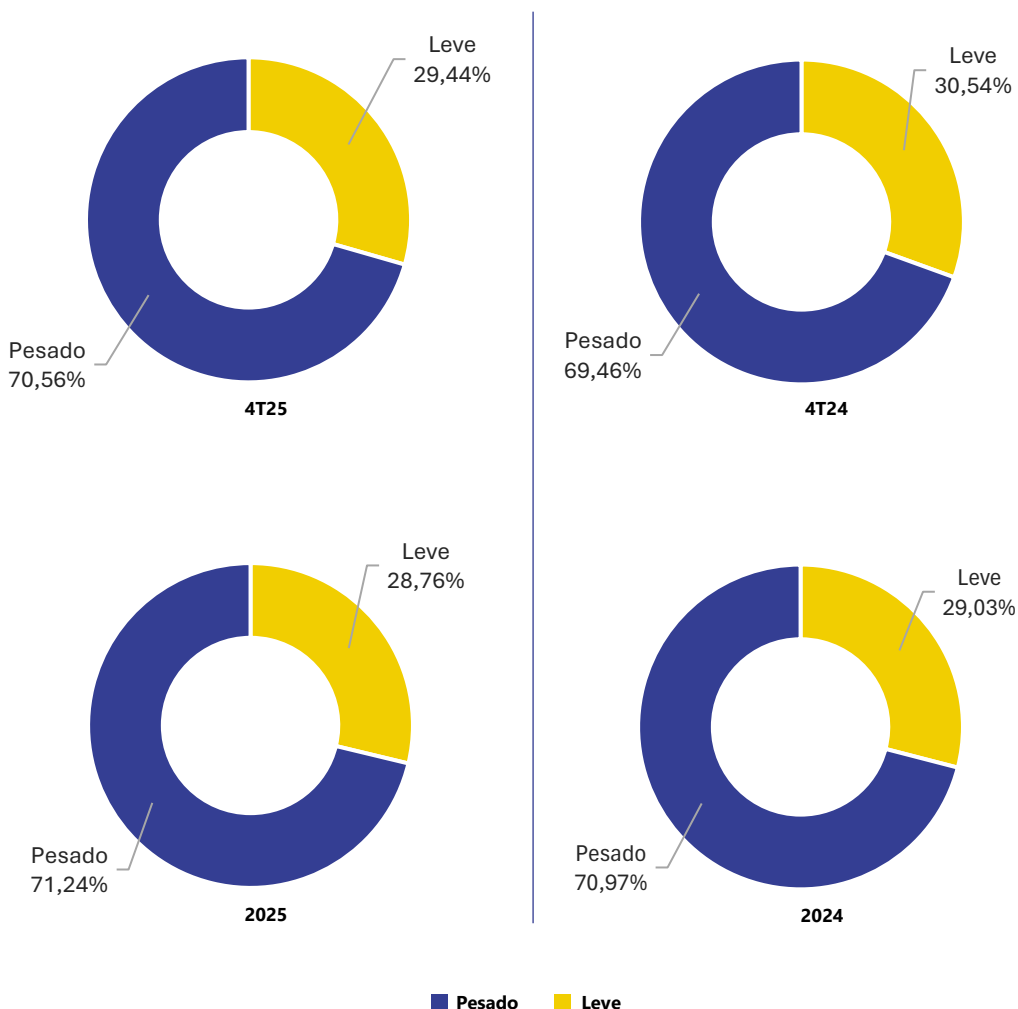
As rodovias administradas pela CART **atravessam 34 municípios, conectando-se à SP-280 – Rodovia Castelo Branco e estabelecendo ligações estratégicas com os estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná**. Esse corredor desempenha um papel fundamental no escoamento da produção agroindustrial, bem como no **transporte de bens e pessoas**, contribuindo de forma relevante para a **integração logística, econômica e social das regiões atendidas e do país**.

Desempenho Operacional

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (mil)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Total	18,0	16,7	7,8%	68,5	65,8	4,1%
Leves	5,3	5,1	3,9%	19,7	19,1	3,1%
Pesados	12,7	11,6	9,5%	48,8	46,7	4,5%

Composição do Tráfego



No **4T25**, os **veículos pesados** representaram **70,56% do tráfego total em veículos equivalentes da CART**, enquanto os **veículos leves** corresponderam a **29,44%**. O crescimento de **9,48% no tráfego de veículos pesados** foi impulsionado, principalmente, pelo desempenho do transporte de cargas agrícolas e industriais, com destaque para o escoamento de produtos do agronegócio e da indústria regional, além da manutenção de níveis elevados de atividade logística nos corredores atendidos pela concessão.

No acumulado de **2025**, os **veículos pesados** representaram **71,24% do tráfego total** da CART, mantendo-se **apresentando um aumento de 4,50% em relação ao ano anterior**. Esse desempenho reflete a resiliência e a consistência do transporte de cargas, sustentadas por setores estratégicos da economia e pela confiabilidade da infraestrutura viária operada pela Companhia. Já o tráfego de **veículos leves** foi positivamente impactado por fatores sazonais e pelo aumento da mobilidade regional.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/ Veic. Equiv.)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Tarifa Média	11,19	10,71	4,5%	10,94	10,42	5,0%

Tarifa por Praça	2025	2024
Piratininga	10,20	9,70
Santa Cruz do Rio Pardo	9,90	9,40
Ourinhos	10,30	9,80
Palmital	12,20	11,60
Assis	12,70	12,10
Rancharia	10,40	9,90
Regente Feijó	10,40	9,90
Presidente Bernardes	13,70	13,00
Caiuá	10,30	9,80

A **tarifa média** registrada pela **CART** foi de **R\$ 11,19 no 4T25**, representando uma **variação de 4,5%** em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de **2025**, a tarifa média atingiu **R\$ 10,94**, com **crescimento de 4,68%** na comparação anual.

A evolução tarifária nas praças de pedágio sob concessão da CART reflete, principalmente, a **variação do IPCA acumulado** no período, conforme previsto no contrato de concessão. Adicionalmente, eventuais variações acima da inflação decorrem de **reequilíbrios econômico-financeiros**, acionados em função de alterações nas condições originalmente pactuadas, incluindo ajustes regulatórios e contratuais aprovados pelo Poder Concedente.

Atualmente, a tarifa praticada em cada uma das nove praças de pedágio da CART está indicada na última tabela tarifária. A diferença entre a tarifa praticada e a tarifa média registrada decorre da composição do tráfego, da ponderação por tipo de veículo e das características específicas de cada praça, refletindo adequadamente a dinâmica operacional e regulatória da concessão.

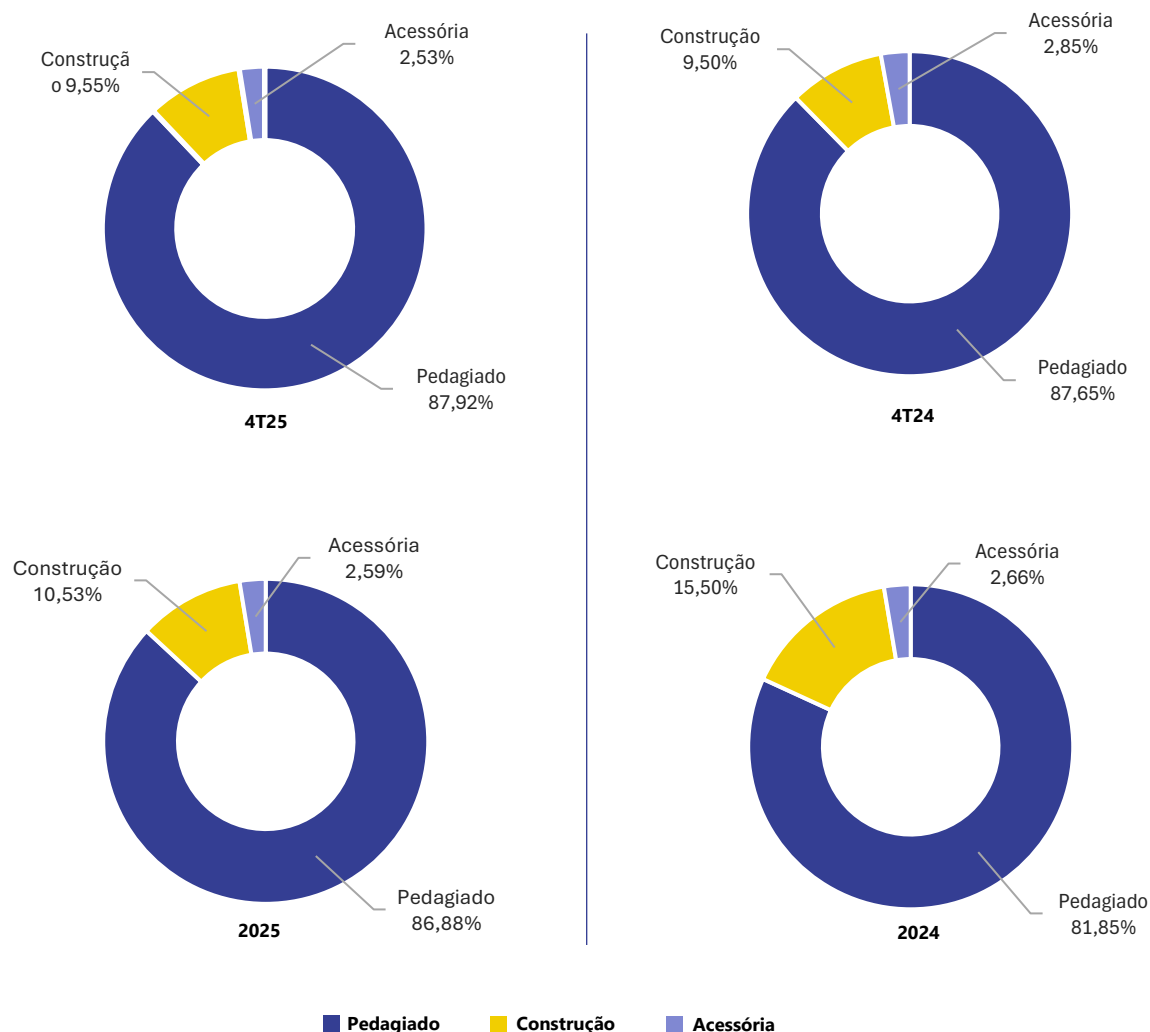
O **reajuste tarifário** ocorre anualmente, com **data-base em maio (5,32%)** e **tem sua vigência aplicada em julho**, em linha com as disposições contratuais e regulatórias aplicáveis, assegurando a recomposição inflacionária e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Desempenho Econômico-Financeiro

RECEITA OPERACIONAL

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Bruta	229.627	203.445	12,9%	862.056	836.974	3,0%
Receita de Pedágio	201.889	178.316	13,2%	748.966	685.055	9,3%
Receita de Construção	21.936	19.331	13,5%	90.734	129.692	-30,0%
Receita Acessória	5.802	5.798	0,1%	22.356	22.227	0,6%
Deduções	(17.909)	(15.872)	12,8%	(66.464)	(61.160)	8,7%
Receita Operacional Líquida	211.718	187.573	12,9%	795.592	775.814	2,5%
Receita Operacional Líquida Ajustada	189.782	168.242	12,8%	704.858	646.121	9,1%

Composição da Receita



Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthesen. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A06F-86BC-6C04-7101.

Receita de Pedágio

A **Receita de Pedágio** da **CART** totalizou **R\$ 201.889 mil no 4T25**, representando um **crescimento de 13,2%** em comparação ao **4T24**. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo **maior volume de tráfego** nas rodovias sob concessão, com destaque para a evolução do tráfego de **veículos pesados**, além dos **reajustes tarifários** aplicados no período, conforme previsão contratual.

No trimestre, a composição da receita refletiu a dinâmica operacional da concessão, com predominância do tráfego de cargas, em linha com o perfil logístico do corredor atendido pela CART e com a relevância da rodovia para o escoamento da produção regional.

No acumulado de 2025, a **Receita de Pedágio** alcançou **R\$ 748.966 mil**, apresentando **alta de 9,3%** em relação a 2024. O resultado reflete os mesmos vetores observados no desempenho trimestral, combinando **crescimento do tráfego**, especialmente de veículos pesados, e a aplicação dos **reajustes tarifários contratuais**, assegurando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Receita de Construção

A Receita de Construção da CART totalizou R\$ 21.936 mil no 4T25, representando um aumento de 13,5% em relação ao 4T24. No acumulado de 2025, a Receita de Construção atingiu R\$ 90.734 mil, registrando queda de 30,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Essa linha de receita é registrada exclusivamente para fins contábeis, em conformidade com as normas aplicáveis, não gerando impacto no caixa da Companhia, uma vez que possui contrapartida equivalente nos Custos dos Serviços de Construção.

Receita Acessória

A Receita Acessória da CART **totalizou R\$ 5.802 mil no 4T25**, apresentando variação de **0,1% em relação ao 4T24**. No acumulado de **2025**, a Receita Acessória **somou R\$ 22.356 mil**, refletindo a evolução das atividades complementares à operação principal da concessão.

O desempenho dessa linha de receita foi impulsionado, principalmente, pela exploração de serviços acessórios, como a locação de fibra, ocupação da faixa de domínio e demais receitas previstas contratualmente, reforçando a diversificação das fontes de receita da Companhia e a geração de valor adicional sem impacto relevante na estrutura de custos.

CUSTOS E DESPESAS

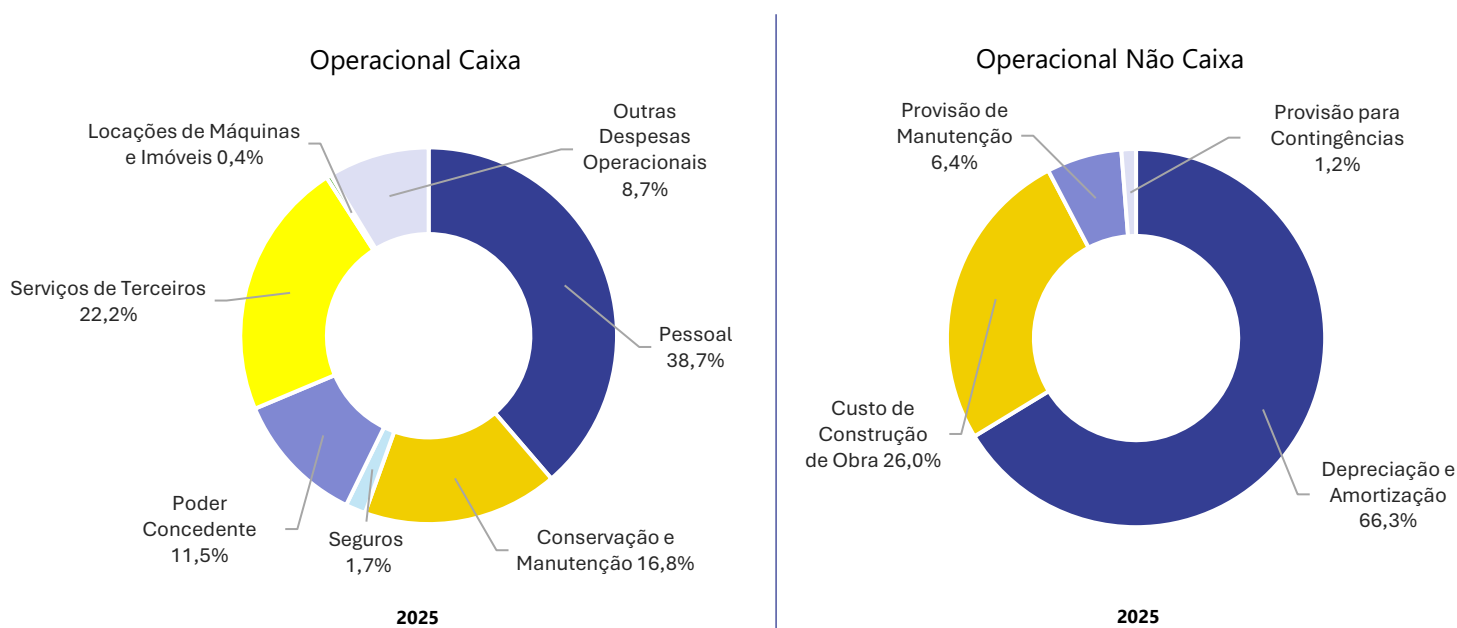
Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(51.647)	(63.493)	-18,7%	(204.461)	(205.073)	-0,3%
Pessoal	(20.322)	(17.075)	19,0%	(78.174)	(68.021)	33,4%
Conservação e Manutenção	(7.580)	(8.581)	-11,7%	(33.898)	(29.867)	13,5%
Seguros	(813)	(700)	16,1%	(3.486)	(3.597)	-3,1%
Poder Concedente	(6.231)	(5.523)	12,8%	(23.140)	(21.281)	8,7%
Serviços de Terceiros	(12.153)	(12.537)	-3,1%	(44.863)	(46.770)	-4,1%
Locações de Máquinas e Imóveis	(294)	(156)	88,6%	(832)	(1.014)	-18,0%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(4.254)	(18.921)	-77,5%	(20.067)	(34.523)	-41,9%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(86.248)	(81.164)	6,3%	(348.798)	(388.936)	-10,3%
Depreciação e Amortização	(52.966)	(58.138)	-8,9%	(231.273)	(227.174)	1,8%
Custo de Construção de Obra	(21.936)	(19.331)	13,5%	(90.734)	(129.692)	-30,0%
Provisão de Manutenção	(4.729)	(4.923)	-3,9%	(22.451)	(18.404)	22,0%
Provisão para Contingências	(6.616)	1.228	-638,8%	(4.340)	(13.666)	-68,2%
Custos e Despesas Operacionais	(137.895)	(144.657)	-4,7%	(553.258)	(594.009)	-6,9%

No **4T25**, os custos e despesas operacionais da CART **totalizaram R\$ 137.895 mil**, representando uma **queda de 4,7%** em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de **2025**, esses **custos somaram R\$ 553.258 mil**, registrando **redução de 6,9%** na comparação com 2024.

A variação observada no trimestre está relacionada, principalmente, à queda de Outras Despesas Operacionais, em razão de despesas não recorrentes incorridas no mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando os efeitos não caixa, os custos e despesas operacionais com impacto **caixa totalizaram R\$ 51.647 mil no 4T25**, representando uma **queda de 18,7%** em relação ao 4T24. No acumulado de **2025**, esses **custos somaram R\$ 204.461 mil**, apresentando **queda de 0,3%** frente ao mesmo período do ano anterior, refletindo aumento em custos e contratos atrelados à inflação e a disciplina na gestão operacional.

Composição dos Custos e Despesas - 2025



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Lucro ou Prejuízo Líquido	31.163	5.925	426,0%	78.169	22.109	253,6%
(+) Depreciação e Amortização	(52.966)	(58.138)	-8,9%	(231.273)	(227.174)	1,8%
(+) Resultado Financeiro	(18.963)	(35.851)	-47,1%	(113.550)	(142.934)	-20,6%
(+) IR e CSLL	(15.389)	(6.703)	129,6%	(43.478)	(22.324)	94,8%
EBITDA RCVM 156/22	118.481	106.617	11,1%	466.470	414.541	12,5%
Margem EBITDA (%)	51,60%	52,41%	-1,5%	54,11%	49,53%	9,3%
(+) Provisão de Manutenção	(4.729)	(4.923)	-3,9%	(22.451)	(18.404)	22,0%
EBITDA Ajustado	123.210	111.540	10,5%	488.921	432.945	12,9%
Margem EBITDA Ajustado (%)	64,92%	66,30%	-2,1%	69,36%	67,01%	3,5%

No **4T25**, o **EBITDA** da **CART** totalizou **R\$ 118.480 mil**, representando um **crescimento de 11,1%** em relação ao **4T24**. A **margem EBITDA** atingiu **51,6%**, com recuo de **1,54 pontos percentuais** na comparação trimestral. Essa leve variação apenas reflete de maneira sensível o aumento da Receita de Pedágio x Custos e Despesas Operacionais.

No acumulado de **2025**, o **EBITDA** somou **R\$ 466.469 mil**, registrando **aumento de 12,5%** em relação a **2024**. O crescimento está relacionada, sobretudo, ao controle e estabilização dos custos e despesas da empresa, em frente ao aumento real do tráfego que proporcionou aumento da receita.

O **EBITDA Ajustado**, métrica considerada pela Companhia como a mais representativa da **geração de caixa operacional**, totalizou **R\$ 123.209 mil no 4T25**, apresentando **alta de 10,5%**

em relação ao mesmo período do ano anterior, com **margem EBITDA Ajustada de 54,6%**, queda de 2 pontos percentuais comparado ao trimestre do ano anterior. A variação negativa decorre por mudança sazonal dos gastos.

No acumulado de 2025, o **EBITDA Ajustado** atingiu **R\$ 488.920 mil**, registrando **aumento de 12,9%** frente a 2024, refletindo os mesmos fatores já mencionados sobre o EBITDA acumulado deste ano.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Depreciação e Amortização	(52.966)	(58.138)	-8,9%	(231.273)	(227.174)	1,8%

A **depreciação e amortização** da **CART** totalizou **R\$ 52.966 mil no 4T25**, representando uma **queda de 8,9%** em relação ao **4T24**. No acumulado **de 2025**, o valor registrou **R\$ 231.273 mil**, registrando **crescimento de 1,8%** frente ao mesmo período do ano anterior.

RESULTADO FINANCEIRO

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Resultado Financeiro	(18.963)	(35.852)	-57,1%	(113.550)	(142.934)	-20,5%
Receitas Financeiras	54.090	5.561	-1728,7%	88.341	16.253	443,5%
Juros sobre Aplic. Financeiras	40.357	5.302	-1227,3%	73.719	14.883	395,3%
Outros	13.733	259	5202,3%	14.622	1.370	967,3%
Despesas Financeiras	(73.053)	(41.413)	78,6%	(201.891)	(159.187)	26,8%
Comissões e Desp. Bancárias	(36)	(59)	-38,9%	(156)	(245)	-36,3%
Variação Monetária Passiva	(16.722)	(18.841)	-11,2%	(63.945)	(62.340)	2,57%
Juros sobre Debêntures	(49.896)	(22.476)	64,6%	(127.860)	(88.624)	44,3%
Outros	(6.399)	(37)	-177,0%	(9.930)	(7.978)	24,4%

Inflação e Juros	2025	2024	p.p.%
IPCA últimos 12 meses	4,26%	4,83%	-11,8%
CDI acumulado últimos 12 meses	14,26%	10,83%	31,6%

A **CART** registrou **resultado financeiro negativo de R\$ 18.963 mil no 4T25**, representando um **queda de 57,1%** em relação ao **4T24**. No acumulado **de 2025**, o **resultado financeiro** foi negativo em **R\$ 113.550 mil**, registrando **queda de 20,5%** frente ao mesmo período do ano anterior.

Esse desempenho decorre, principalmente, do aumento das receitas financeiras. Adicionalmente, o crescimento das despesas financeiras está associado à nova captação de

debêntures concluída em agosto de 2025. Esses fatores pressionaram o custo médio da dívida e ampliaram o impacto financeiro registrado no resultado.

Da mesma forma, o crescimento das **receitas financeiras** no período refletiu a **maior disponibilidade de caixa**, aliada à elevação do **CDI** na comparação com o **4T24**, mitigando o impacto do aumento das despesas financeiras.

IR e CSLL

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
IR e CSLL	(15.389)	(6.702)	129,6%	(43.478)	(22.324)	94,8%
Corrente	(14.036)	(5.599)	150,7%	(36.904)	(18.650)	97,9%
Diferido	(1.353)	(1.103)	22,6%	(6.574)	(3.674)	78,9%

No **4T25**, a **CART** contabilizou **despesa de R\$ 15.388 mil** com **Imposto de Renda (IR)** e **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**, representando um **aumento de 129,6%** em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento é explicado, principalmente, pelo **maior lucro antes dos impostos** registrado no período, decorrente do **melhor desempenho operacional** da Companhia.

No acumulado de 2025, a despesa com **IR e CSLL** totalizou **R\$ 43.477 mil**, registrando **variação de 94,8%** na comparação anual. Este aumento segue a mesma justificativa do aumento quando visto apenas trimestralmente.

RESULTADO LÍQUIDO

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Resultado Líquido	31.163	5.925	426,0%	78.169	22.109	253,6%

No **4T25**, a **CART** registrou **resultado líquido positivo de R\$ 31.163 mil**, refletindo, principalmente, o alto controle dos **custos e despesas da companhia**, além de uma **queda brusca da despesa com o resultado financeiro**. Esses fatores contribuíram para um resultado contábil favorável, enquanto a Companhia segue apresentando **melhora na performance operacional**, enquanto há um crescimento **real** do tráfego.

No acumulado de 2025, o **resultado líquido** foi **positivo** em **R\$ 78.169 mil**, influenciado pelos mesmos elementos observados no desempenho do terceiro trimestre, somados a estabilização da **depreciação e amortização**, quando comparado ao ano anterior.

Endividamento

Mil (R\$)	4T25	4T24	p.p.%
Dívida Bruta	2.347.735	1.157.766	102,8%
Curto Prazo	104.165	34.514	201,8%
Longo Prazo	2.243.570	1.123.252	99,7%
Posição de Caixa	424.035	101.018	319,8%
Caixa e Equivalentes de Caixa	373.010	91.034	309,7%
Aplicações Financeiras Vinculadas	51.025	9.984	411,1%
Dívida Líquida	1.923.700	1.056.748	82,0%

Ao final do **4T25**, a **CART** registrou **dívida bruta de R\$ 2.347.735 mil**. A **posição de caixa consolidada** atingiu **R\$ 424.035 mil**, refletindo a manutenção de um nível adequado de liquidez para suportar as necessidades operacionais e financeiras da Companhia. Como resultado, a **dívida líquida** totalizou **R\$ 1.923.700 mil**, apresentando **crescimento em relação ao 4T24**, em função da dinâmica de endividamento e do cronograma de investimentos e amortizações no período.

Investimentos Realizados

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Investimento Total	25.496	(12.640)	301,7%	116.439	133.944	-13,1%
Imobilizado	287	(87)	429,9%	1.577	3.828	-58,8%
Intangível	25.209	(12.553)	300,8%	114.862	130.116	-11,7%

No **4T25**, a **CART** realizou **investimentos de R\$ 25.496 mil**, representando um aumento de **301,7%** em relação ao **4T24**. A variação reflete, principalmente, a **conclusão de obras relevantes executadas neste ano, quando comparado ao ano anterior**, que elevaram a base de investimentos em 2025.

No acumulado dos **2025**, os **investimentos** totalizaram **R\$ 116.439 mil**, registrando **queda de 13,1%** na comparação com 2024, em linha com o cronograma físico-financeiro da concessão e com a priorização de projetos em diferentes fases de execução.

Os investimentos realizados no período foram direcionados, majoritariamente, para **obras de duplicação e melhorias em trechos estratégicos**, além de intervenções voltadas à **manutenção da infraestrutura, segurança viária e qualidade operacional** da rodovia. O avanço dessas obras reforça o compromisso da Companhia com a ampliação da capacidade, a fluidez do tráfego e a melhoria contínua do nível de serviço aos usuários.

A redução dos aportes em relação ao período comparável decorre, sobretudo, da **finalização de projetos estruturantes** e da transição para uma fase com maior foco em **manutenção, conservação e otimização da infraestrutura existente**, assegurando o

cumprimento das obrigações contratuais e a sustentabilidade da operação ao longo do prazo da concessão.

Projetos

PESSOAS E NEGÓCIOS

Em 2025, houve a internalização da conservação de pavimento, gerando 51 vagas de empregos diretos na empresa.

Os 955 colaboradores diretos da CART estão distribuídos em diversas áreas estratégicas, garantindo a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. Destes, 412 profissionais atuam diretamente na Operação Viária e Pedagiada, oferecendo suporte essencial aos usuários.

Além disso, a Companhia conta com uma equipe de 415 colaboradores especializados na conservação do revestimento vegetal, pavimento e demais instalações, assegurando a manutenção e a preservação da infraestrutura rodoviária.

No backoffice, 128 colaboradores desempenham um papel fundamental no suporte às operações, abrangendo áreas como Recursos Humanos, Saúde e Segurança Ocupacional, Engenharia, Regulatório, Comunicação, Faixa de Domínio, Ouvidoria, Tecnologia de Informação, Administração, Finanças, Jurídico e Meio Ambiente. Essa estrutura integrada permite que a CART opere com excelência, garantindo segurança, qualidade e eficiência em suas rodovias.

ÉTICA E COMPLIANCE

No exercício de 2025, a CART realizou o treinamento anual de compliance de seus colaboradores de forma contínua e abrangente, contemplando diferentes momentos e públicos. As ações incluíram treinamentos durante a integração de novos colaboradores, capacitações on-line voltadas às equipes operacionais do trecho e treinamentos presenciais realizados no âmbito da SIPAT, promovida anualmente pela Concessionária.

Adicionalmente, a CART manteve comunicação permanente com seus colaboradores por meio da divulgação de comunicados e vídeos institucionais, reforçando as diretrizes do Programa de Compliance e a cultura de integridade.

Como evolução relevante de suas práticas de integridade, a Concessionária submeteu sua candidatura ao Selo Pró-Ética, encontrando-se no aguardo do respectivo resultado, e obteve a recertificação da ISO 37001, reafirmando seu compromisso com a prevenção e o combate à corrupção.

No backoffice, 152 colaboradores desempenham papel fundamental no suporte às operações da Concessionária, atuando em áreas estratégicas como Recursos Humanos, Saúde e Segurança Ocupacional, Engenharia, Administração, Finanças, Jurídico e Meio Ambiente. Essa estrutura integrada assegura o adequado suporte às atividades operacionais, contribuindo para a

excelência da CART na prestação dos serviços, com foco em segurança, qualidade e eficiência na operação de suas rodovias

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Programa CART pela Vida: em 2026, o CART pela Vida realizou 111 ações, atingindo 7.978 atendimentos por meio de suas iniciativas de conscientização.

Programa Educando Caminhos: tem como objetivo a conscientização voltada a cidadania, educação para o trânsito e sustentabilidade, o programa contou com 5 ações totalizando 2.739 crianças atendidas em 2026.

Incentivo ao Esporte Amador: O município de Bauru permite o repasse de parte do ISS, diante de tal previsão, a CART optou por destinar referido montante à Associação Nova Era de Tênis de Mesa de Bauru, entidade referência no ensino e treinamento do tênis de mesa, cuja equipe foi eleita a melhor no Estado de São Paulo e a segunda no Brasil.

Apoio e incentivo a outros projetos: em 2026, a CART destinou parte do imposto de renda devido para o financiamento de programas e projetos voltados às áreas de Cultura, Criança e Adolescente, Esporte, Idoso e Oncologia.

Meio Ambiente

SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL

Comprometida com a sustentabilidade, a CART adota uma postura proativa no monitoramento e na avaliação dos impactos ambientais de suas operações. Mensalmente, os indicadores ambientais são analisados de forma sistemática em reuniões estratégicas de resultados, com foco na identificação de desvios, no planejamento de ações corretivas e na implementação de melhorias contínuas.

Esse processo é fortalecido pela troca de boas práticas entre as equipes, promovendo uma cultura organizacional pautada na responsabilidade ambiental. Dessa forma, a Concessionária não apenas minimiza os impactos associados às suas atividades, como também impulsiona a evolução permanente de seus processos, alinhando-se às melhores práticas de gestão ambiental e sustentabilidade.

Entre as principais iniciativas ambientais desenvolvidas pela CART, destacam-se:

PROJETO DE REFLORESTAMENTO

A CART possui atualmente 653 hectares de áreas de reflorestamento concluídas e 297 hectares em processo de recuperação, totalizando aproximadamente 1.520.000 árvores de espécies nativas. Essas áreas desempenham papel fundamental na conservação ambiental e na geração de benefícios sociais, contribuindo para a proteção de cursos d'água, a melhoria da qualidade do ar e a formação de habitats para a fauna silvestre.

Entre os projetos em destaque, encontra-se a iniciativa de plantio de árvores nativas em 257 hectares, correspondentes a 428.419 mudas, em áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente no Assentamento Santa Maria II, administrado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no município de Marabá Paulista/SP. O projeto tem como objetivo promover a recomposição florestal da área e está inserido no Plano de Manejo da Estação Ecológica do Mico-Leão-Preto, especificamente em sua Zona de Amortecimento, classificada como Área Estratégica Externa prioritária para a conectividade ecológica.

GESTÃO DE FAUNA

A CART conta com 158 passagens de fauna distribuídas ao longo de todo o seu corredor rodoviário. Essas estruturas foram projetadas para permitir que animais silvestres atravessem a rodovia de forma segura, reduzindo o risco de atropelamentos e assegurando a conectividade entre habitats fragmentados.

As passagens de fauna podem assumir diferentes tipologias, como túneis, passagens inferiores, superiores ou adaptações em dispositivos de drenagem, sempre considerando as características das espécies locais e da paisagem. Associadas a cercamentos direcionadores, sinalização adequada e programas contínuos de monitoramento, essas estruturas se tornam ainda mais eficientes.

Os monitoramentos realizados indicaram a passagem de aproximadamente 68.000 animais silvestres, incluindo espécies como capivara, cachorro-do-mato, veado-catingueiro, quati e tamanduá-bandeira, entre outras. Além dos ganhos ambientais, a redução de atropelamentos contribui para a segurança viária, a preservação de vidas humanas e a diminuição de custos relacionados a acidentes, manutenção e indenizações, além de atender às exigências legais e condicionantes ambientais.

Para 2026, está previsto investimento em manutenção e implantação de 10 km de cercas direcionadoras, reforçando o compromisso da CART com a proteção da fauna, a integridade dos ecossistemas e a segurança dos usuários da rodovia.

ENERGIA SOLAR E REDUÇÃO DE EMISSÕES

A CART possui 10 usinas de energia solar, localizadas nas bases dos Serviços de Atendimento ao Usuário (SAUs), responsáveis pela geração de energia renovável destinada às suas operações. Em 2025, 89,63% da energia consumida pela Concessionária teve origem renovável.

No mesmo ano, a CART promoveu a substituição de nove guinchos leves movidos a diesel por veículos elétricos, evitando a emissão de aproximadamente 131,18 toneladas de CO₂ e a utilização de 52.044 litros de diesel. Essa iniciativa reforça a estratégia de descarbonização das operações e o compromisso com soluções de mobilidade mais limpas e sustentáveis.

Para 2026, está previsto investimento em manutenção e implantação de 10 km de cercas direcionadoras, reforçando o compromisso da CART com a proteção da fauna, a integridade dos ecossistemas e a segurança dos usuários da rodovia.

GESTÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA

A CART realiza a gestão da qualidade da água em todas as suas estruturas que dispõem de pontos de abastecimento alternativo, provenientes de poços. As avaliações são conduzidas de forma sistemática, com o objetivo de assegurar o cumprimento da Portaria GM/MS nº 888/2021, norma essencial para garantir que a água destinada ao consumo humano seja segura, potável e adequada à saúde pública.

A referida Portaria estabelece padrões de potabilidade, define parâmetros de controle e vigilância, atribui responsabilidades aos prestadores de serviço e ao poder público, além de apresentar diretrizes para a prevenção e gestão de riscos sanitários associados à qualidade da água.

Com foco na transparência e no controle social, os laudos de potabilidade estão disponíveis para consulta por todos os usuários, por meio da leitura de QR Code afixados em todos os bebedouros, bem como no site institucional da concessionária.

Atualmente, a CART realiza o monitoramento mensal de 32 pontos de abastecimento, garantindo o acompanhamento contínuo da qualidade da água e o atendimento às exigências legais vigentes.

Considerações Finais

PERSPECTIVA E PLANOS

A CART segue comprometida com a excelência na gestão de suas rodovias, essenciais para a fluidez do transporte de cargas entre São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, garantindo qualidade e segurança aos usuários. Nos últimos anos, importantes investimentos foram concluídos, incluindo a duplicação de trechos, a construção de alças de acesso e retorno, além de viadutos e passarelas.

Além das melhorias na infraestrutura, a Companhia consolidou e aprimorou iniciativas estratégicas, como o programa ESG, que fortalece seu compromisso com a sustentabilidade, e o INOVACART, voltado para a inovação. Com uma gestão focada em evolução contínua, a CART reafirma seu papel como referência no setor rodoviário.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2025: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*IFRS*"); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar

seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer

serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração

obtem dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

CONSIDERAÇÕES

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80/22)

A Diretoria da Concessionária Auto Raposo Taveres S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Bauru, 27 de fevereiro de 2026

Presidente - CEO

Henrique Avila

Diretor de Relações com Investidores

Gilson Carvalho

Anexos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Demonstração do Resultado - mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Operacional Líquida	211.718	187.573	12,87%	795.592	775.814	2,55%
Custo dos serviços prestados	(125.330)	(121.912)	2,80%	(493.582)	(514.626)	-4,09%
Lucro Bruto	86.388	65.661	31,57%	302.010	261.188	15,63%
Gerais e administrativas	(13.628)	(17.109)	-20,35%	(59.676)	(79.383)	-24,83%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(7.245)	(73)	9824,66%	(7.138)	5.562	-228,34%
Resultado Operacional	65.515	48.479	35,14%	235.196	187.367	25,53%
Receitas financeiras	54.090	5.561	872,67%	88.341	16.253	443,54%
Despesas financeiras	(73.053)	(41.413)	76,41%	(201.891)	(159.187)	26,83%
Resultado antes do IRPJ e CSLL	46.551	12.629	268,61%	121.646	44.433	173,77%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.036)	(5.599)	150,69%	(36.904)	(18.650)	97,88%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.352)	(1.104)	22,46%	(6.574)	(3.674)	78,91%
Resultado do Período	31.163	5.925	425,97%	78.169	22.109	253,56%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo - mil (R\$)			Passivo - mil (R\$)		
	2025	2024		2025	2024
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	373.010	91.034	Fornecedores	23.328	24.939
Aplicação Financeira Vinculada	51.025	9.984	Debêntures	104.165	34.514
Contas a receber	49.192	43.205	Outras Contas a pagar	1.178	335
Estoques	4.808	5.816	Tributos a recolher	8.332	6.598
Tributos a recuperar	6.481	990	IRPJ e CSLL a recolher	1.156	643
IRPJ e CSLL a recuperar	1.181	1.828	Obrigações com empregados e admin.	10.739	10.855
Adiantamentos a fornecedores	60.436	8.229	Credor pela Concessão	2.113	1.929
Outros	960	-	Partes relacionadas	1.272	1.313
Total do Circulante	547.093	161.086	Receita Acessória Antecipada	10.721	10.335
Ativo Não Circulante			Passivo de arrendamento	5.752	2.952
Impostos diferidos ativos	415.920	422.494	Provisão para manutenção	27.886	27.886
Tributos a recuperar	-	-	Total do Circulante	196.642	122.299
Debêntures	1.013.677	-	Passivo Não Circulante		
Depósitos judiciais	8.712	9.039	Passivo de arrendamento	14.495	4.179
Outros	9	9	Debêntures	2.243.570	1.123.252
Imobilizado	17.532	26.328	Provisão para riscos processuais	55.047	58.145
Infraestrutura em andamento	3.099	1.687	Receita Acessória Antecipada	25.047	27.268
Intangível	2.252.814	2.370.251	Provisão para manutenção	71.857	46.868
Total do Não Circulante	3.711.763	2.829.809	Total do Não Circulante	2.410.016	1.259.712
TOTAL DO ATIVO			TOTAL DO PASSIVO		
4.258.856			2.606.658		
2.990.894			1.382.011		
Patrimônio Líquido			Capital social		
Capital social			1.586.775		
Reserva Legal			3.908		
Reserva de Lucro			61.515		
Prejuízos Acumulados			-		
Total do Patrimônio Líquido			1.652.198		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			2.451.400		
4.258.856			2.990.894		

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthesen. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A06F-86BC-6C04-7101.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Veja a Nota 6.16 (a) e 25 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações, de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.</p> <p>Essas transações são controladas por sistema de passagem que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados periodicamente baseados no contrato de concessão.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Avaliamos o desenho dos controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.(ii) efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil;(iii) obtivemos confirmação junto as empresas de arrecadação automática de pedágio, bem como das empresas de custódia de valores, responsáveis pela coleta da arrecadação manual, para o total da receita gerada pela Companhia; e(iv) obtivemos o extrato bancário e inspecionamos a totalidade dos recebimentos provenientes da receita de arrecadação do exercício. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos como receita de arrecadação de pedágio, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou

condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

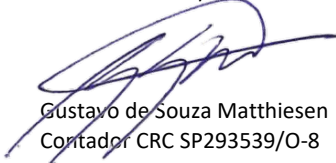
Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP293539/O-8

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A - CART

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024		Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8	373.010	91.034	Fornecedores	17.a	23.328	24.939
Aplicações financeiras vinculadas	9	51.025	9.984	Debêntures	18	104.165	34.514
Contas a receber	10	49.192	43.205	Outras contas a pagar		1.178	335
Estoques	11	4.808	5.816	Tributos a recolher		8.332	6.598
Tributos a recuperar	12.a	6.481	990	IRPJ e CSLL a recolher		1.156	643
IRPJ e CSLL a recuperar	12.b	1.181	1.828	Obrigações com empregados e administradores		10.739	10.855
Adiantamentos de fornecedores	17.b	60.436	8.229	Credor pela concessão	19	2.113	1.929
Partes relacionadas	13	960	-	Partes relacionadas	13	1.272	1.313
Total do ativo circulante		547.093	161.086	Receita acessória antecipada	21	10.721	10.335
NÃO CIRCULANTE				Passivo de arrendamento	23	5.752	2.952
Impostos diferidos ativos	12.c	415.920	422.494	Provisão para manutenção	22	27.886	27.886
Debêntures privativas	16	1.013.677	-	Total do passivo circulante		196.642	122.299
Depósitos judiciais	20.d	8.712	9.039	NÃO CIRCULANTE			
Outros		9	9	Empréstimos e financiamentos			
Realizável a Longo Prazo		1.438.318	431.542	Passivo de arrendamento	23	14.495	4.179
Imobilizado	14	17.532	26.328	Debêntures	18	2.243.570	1.123.252
Infraestrutura em construção	15	3.099	1.687	Provisão para riscos processuais	20	55.047	58.145
Intangível	15	2.252.814	2.370.251	Receita acessória antecipada	21	25.047	27.268
Total do ativo não circulante		3.711.763	2.829.808	Provisão para manutenção	22	71.857	46.868
				Total do passivo não circulante		2.410.016	1.259.712
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	24.a	1.586.775	2.451.400
				Reserva legal	24.c	3.908	-
				Reverva de lucros		61.515	-
				Prejuízos acumulados		-	(842.517)
				Total do patrimônio líquido		1.652.198	1.608.883
				Total do passivo		2.606.658	1.382.011
TOTAL DO ATIVO		4.258.856	2.990.894	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.258.856	2.990.894

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A06F-86BC-6C04-7101.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional líquida	25	795.592	775.814
Custo dos serviços prestados	26	<u>(493.582)</u>	<u>(514.626)</u>
LUCRO BRUTO		<u>302.010</u>	<u>261.188</u>
Gerais e administrativas	26	(59.676)	(79.383)
Outras receitas não operacionais		2.491	5.745
Outras despesas não operacionais		<u>(9.628)</u>	<u>(183)</u>
LUCRO OPERACIONAL		<u>235.197</u>	<u>187.367</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	27	88.341	16.253
Despesas financeiras	27	<u>(201.891)</u>	<u>(159.187)</u>
		<u>(113.550)</u>	<u>(142.934)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		121.647	44.433
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.d	(36.904)	(18.650)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.d	<u>(6.574)</u>	<u>(3.674)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>78.169</u>	<u>22.109</u>
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	28	<u>0,006</u>	<u>0,002</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
RESULTADO DO PERÍODO		
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	78.169	22.109
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>78.169</u>	<u>22.109</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		2.451.400	-	-	(864.626)	1.586.774
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.109	22.109
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		2.451.400	-	-	(842.517)	1.608.883
Redução de capital	24.a	(864.625)	-	-	864.625	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	78.169	78.169
Destinações do lucro líquido:						
Dividendos intermediários	24.b	-	-	-	(34.854)	(34.854)
Constituição de reserva legal	24.c	-	3.908	-	(3.908)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	61.515	(61.515)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		1.586.775	3.908	61.515	-	1.652.198
						-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		78.169	22.109
Ajustes:			
Depreciação e amortização	26	231.273	227.174
Baixa de imobilizado e intangível	14 e 15	9.988	1.205
Provisão para manutenção	22	24.989	17.947
Provisão de fornecedores		(2.302)	450
Provisão para riscos processuais, líquidos	20	6.672	18.498
Variações monetárias e encargos, líquidos sobre debêntures	18	63.289	62.340
Juros sobre debêntures	18	120.135	88.624
Receita financeira sobre aplicações financeiras	27	(44.179)	(8.882)
Juros sobre contrato de arrendamento	23	1.540	478
Juros sobre debêntures privada	16	(13.677)	-
Custo de captação amortizado das debentures	18	7.725	7.824
Impostos correntes	12.d	36.904	18.650
Impostos diferidos	12.d	6.574	3.674
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(5.987)	6.823
Estoques		1.008	915
Tributos a recuperar		(4.844)	2.185
Adiantamentos de fornecedores		(52.207)	854
Depósitos judiciais		327	(2.963)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores	17.a	(11.825)	(19.433)
Obrigações com empregados e administradores		(116)	(955)
Contingências trabalhistas e fiscais	20	(9.770)	(10.387)
Tributos a recolher		2.247	(2.420)
Partes relacionadas		(1.001)	298
Receita acessória antecipada		(1.835)	(7.690)
Pagamento de outorga variável		184	75
Consumo da provisão para manutenção	22	-	(20.323)
Outras obrigações e contas a pagar		843	(97.289)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	23	(1.540)	(478)
Impostos pagos sobre o lucro		(36.904)	(15.946)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		405.681	293.357
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Concessão de debênture privada	16	(1.000.000)	-
Aquisição de imobilizado	14	(1.206)	(3.612)
Aquisição de intangível	15	(83.500)	(117.957)
Aplicações financeiras		3.139	16.807
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		(1.081.567)	(104.762)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Emissão de debêntures	18	1.121.440	-
Pagamento de debêntures	18	(31.500)	(70.202)
Juros e remunerações pagas sobre debêntures	18	(91.120)	(148.534)
Pagamento de passivo de arrendamento	23	(6.104)	(3.176)
Pagamento de dividendos	24	(34.854)	-
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		957.862	(221.912)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA (O) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		281.976	(33.317)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	8	91.034	124.351
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8	373.010	91.034
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA (O) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		281.976	(33.317)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A06F-86BC-6C04-7101.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

	Nota <u>Explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas		854.919	842.719
Receita de Pedágio e Acessórias	25	771.322	707.282
Receita de construção	25	90.734	129.692
Outras receitas e despesas		(7.137)	5.745
Insumos adquiridos de terceiros		<u>(213.432)</u>	<u>(275.002)</u>
Custo de construção	26	(90.734)	(129.692)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(122.698)	(145.310)
Valor adicionado bruto		<u>641.487</u>	<u>567.717</u>
Retenções		<u>(231.273)</u>	<u>(227.174)</u>
Depreciação e amortização	26	(231.273)	(227.174)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>410.214</u>	<u>340.543</u>
Valor adicionado recebido em transferência		<u>88.341</u>	<u>16.253</u>
Receitas financeiras	27	88.341	16.253
Total do valor adicionado a distribuir		<u>498.555</u>	<u>356.796</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>498.555</u>	<u>356.796</u>
Pessoal e encargos		<u>68.107</u>	<u>58.158</u>
Remuneração direta		47.058	40.723
Benefícios		14.482	12.174
FGTS		3.749	3.269
Outros		2.818	1.992
Impostos, taxas e contribuições		<u>144.998</u>	<u>115.323</u>
Federais		76.974	55.114
Estaduais		23.140	21.281
Municipais		38.310	35.254
Imposto diferido		6.574	3.674
Remuneração capital de terceiros		<u>207.281</u>	<u>161.206</u>
Juros e variação monetária		186.023	149.465
Aluguéis		5.389	2.019
Outras		15.869	9.722
Remuneração de capital próprio		<u>78.169</u>	<u>22.109</u>
Lucro líquido do exercício		78.169	22.109

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009 após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A06F-86BC-6C04-7101.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo (TAM) coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelo Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022.

Os pagamentos foram realizados pelo Poder Concedente no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*IFRS Accounting Standards*”) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board* – (“IASB”)” e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de fevereiro de 2026.

3. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos:

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº 22;
- (ii) provisões para riscos processuais – nota explicativa nº 20;
- (iii) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – nota explicativa nº 12 e 15.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

- (i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 (R1) e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada, pelo valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 25.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 22. O provisionamento é realizado com base na estimativa atualizada dos gastos para o próximo ciclo, o qual ocorre, em média, a cada cinco anos.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, regulatória, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 20.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 12.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

6.2 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

6.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado líquido menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

6.3.1 Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A06F-86BC-6C04-7101.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram apurados impostos correntes em função da Companhia apresentar lucro tributável no ano de 2025.

6.3.2 Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização, por meio da geração de lucros tributáveis futuros, não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

6.4 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.5. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

6.6. Intangível

A Companhia quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras.

6.7. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.8. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

6.9. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

6.10. Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 10,32% ao ano em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no seu custo de capital.

6.11. Provisão para riscos processuais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

6.12. Debêntures a pagar

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.13. Custos com debêntures

Os custos com debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com debêntures específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com debêntures qualificados para capitalização.

Todos os demais custos com debêntures são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

6.14. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ao VJORA – instrumento de dívida ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de debêntures (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.15. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

6.16. Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão (IFRIC 12).

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

6.17. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

6.18. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

6.19. Benefícios aos empregados

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida foram descontinuadas devido a mudança do controle acionário.

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

6.20. Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5) utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

7. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- a) IFRS 18 correspondente ao CPC 51, apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	1.659	3.371
Aplicações financeiras certificados de Depósito Bancário – CDB	371.351	87.663
Total	<u>373.010</u>	<u>91.034</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99,40% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 29.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado Compromissadas com Debêntures (*)	100,00%	CDI	51.025	9.984

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Simplex, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

Mensalmente, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Para a 3ª Emissão de Debêntures Simplex, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 29.

10. CONTAS A RECEBER

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	49.025	41.957
Vale pedágio	-	377
Locação de fibra óptica (**)	93	413
Outros	74	458
Total	<u>49.192</u>	<u>43.205</u>
A vencer	48.477	42.212
Vencidos	715	993
Total	<u>49.192</u>	<u>43.205</u>

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

(**) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio, cabos de energia e regularização de acessos.

A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperados, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido) e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 29.

11. ESTOQUE

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Material para pavimentação	297	13
Elementos de proteção e segurança	904	980
Material de sinalização	2.945	3.387
Outros	662	1.436
Total	<u>4.808</u>	<u>5.816</u>

12. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Tributos a recuperar:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	6.181	792
PIS/COFINS (PER/DCOMP)	-	4
Outros	300	194
Total circulante	<u>6.481</u>	<u>990</u>

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

b) IRPJ e CSLL a recuperar:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Antecipações do exercício (IRPJ)	1.023	1.828
Antecipações do exercício (CSLL)	158	-
Total circulante	<u>1.181</u>	<u>1.828</u>

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, passivos e resultado:

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>Ativos/ Passivos</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo fiscal – IR	291.325	303.612	(12.287)	(6.060)
Base negativa – CS	105.314	109.737	(4.423)	(2.092)
Provisão para manutenção	33.908	25.412	8.496	(808)
Provisão para contingências	22.184	23.966	(1.782)	4.646
Atualização depósitos judiciais	5.305	4.663	642	(532)
Outras diferenças temporárias	1.668	2.192	(524)	(2.133)
Total do ativo fiscal diferido	<u>459.704</u>	<u>469.582</u>	<u>(9.878)</u>	<u>(6.979)</u>
Amortização de direito de concessão	(30.716)	(33.034)	2.318	2.318
Custo de captação	(6.240)	(6.711)	471	471
Margem de construção	(5.596)	(6.018)	422	422
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.232)	(1.325)	93	93
Total do passivo fiscal diferido	<u>(43.784)</u>	<u>(47.088)</u>	<u>3.304</u>	<u>3.304</u>
Total líquido	<u>415.920</u>	<u>422.494</u>	<u>(6.574)</u>	<u>(3.675)</u>

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	<u>Ativos/ Passivos</u>			<u>Total constituído em resultado</u>	<u>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025</u>
	<u>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>		
Prejuízo fiscal - IR	303.612	(12.287)	-	(12.287)	291.325
Base negativa - CS	109.737	(4.423)	-	(4.423)	105.314
Provisão para manutenção	25.412	8.496	-	8.496	33.908
Provisão para contingências	23.966	(1.782)	-	(1.782)	22.184
Atualização depósitos judiciais	4.663	642	-	642	5.305
Outras diferenças temporárias	2.192	(524)	-	(524)	1.668
Total do ativo fiscal diferido	<u>469.582</u>	<u>(9.878)</u>	<u>-</u>	<u>(9.878)</u>	<u>459.704</u>
Amortização de direito de concessão	(33.034)	2.318	-	2.318	(30.716)
Custo de Captação	(6.711)	471	-	471	(6.240)
Margem de construção	(6.018)	422	-	422	(5.596)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.325)	93	-	93	(1.232)
Total do passivo fiscal diferido	<u>(47.088)</u>	<u>3.304</u>	<u>-</u>	<u>3.304</u>	<u>(43.784)</u>
Total	<u>422.494</u>	<u>(6.574)</u>	<u>-</u>	<u>(6.574)</u>	<u>415.920</u>

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

	Ativos/ Passivos				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
	Saldo líquido em 01 de janeiro de 2024	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	
Prejuízo fiscal - IR	309.672	299	(6.358)	(6.059)	303.612
Base negativa - CS	111.829	151	(2.243)	(2.092)	109.737
Provisão para manutenção	26.220	6.102	(6.910)	(808)	25.412
Provisão para contingências	19.320	5.596	(950)	4.646	23.966
Atualização depósitos judiciais	5.195		(532)	(532)	4.663
Outras diferenças temporárias	4.325	1.709	(3.842)	(2.133)	2.192
Total do ativo fiscal diferido	476.561	13.857	(20.835)	(6.978)	469.582
Amortização de direito de concessão	(35.352)	2.318	-	2.318	(33.034)
Custo de captação	(7.182)	471	-	471	(6.711)
Margem de construção	(6.440)	422	-	422	(6.018)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.418)	93	-	93	(1.325)
Total do passivo fiscal diferido	(50.392)	3.304	-	3.304	(47.088)
Total	426.169	17.161	(20.835)	(3.674)	422.494

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 6.574 de imposto fiscal diferido (em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 3.510).

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

d) Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	121.647	44.433
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	(41.360)	(15.107)
Adições permanentes	6.820	11.527
Exclusões permanentes	(4.702)	(4.310)
Imposto de renda e contribuição social resultado	(43.478)	(22.324)

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Impostos de renda e contribuição social corrente	(36.904)	(18.650)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(6.574)	(3.674)
Total	(43.478)	(22.324)

Alíquota efetiva	36%	51%
------------------	-----	-----

13. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding II e controladora final o Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Debêntures Privativas

No dia 27 de novembro de 2025 a Infraestrutura Holding Brasil VI emitiu 100.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 1.000.000, das quais a Companhia é titular.

As Debêntures têm o prazo de vencimento de 181 meses, com vencimento em 31 de dezembro de 2036 e conferem à Companhia o direito ao recebimento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI.

Distribuição de dividendos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia deliberou dividendos no montante de R\$ 34.854, destinados aos seus acionistas/controladores Infraestrutura Brasil Holding II.

	2025			2025		2025
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Resultado	
Eixo SP						
Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	34	(177)	-	
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	18	(695)	6.202	
Via Araucária	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	(400)	-	

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

14. IMOBILIZADO

	Vida útil				Transferência	31/12/2025
	média em anos	31/12/2024	Adições	Baixas		
Custo						
Instalações	25	517	246	-	-	763
Máquinas e equipamentos	6	25.375	332	(1.888)	(21)	23.798
Móveis e utensílios	6	4.949	25	(25)	-	4.949
Veículos	5	30.396	319	(3.420)	-	27.295
Equipamentos de informática	7	46.441	613	(2.681)	(357)	44.016
Ferramentas e aparelhos	-	2.264	42	-	7	2.313
		109.942	1.577	(8.014)	(371)	103.134
Depreciação acumulada						
Instalações		(162)	(55)	-	-	(217)
Máquinas e equipamentos		(11.105)	(2.253)	1.836	-	(11.522)
Móveis e utensílios		(4.405)	(169)	25	-	(4.549)
Veículos		(23.514)	(4.735)	2.647	-	(25.602)
Equipamentos de informática		(43.563)	(1.244)	2.156	-	(42.651)
Ferramentas e aparelhos		(865)	(196)	-	-	(1.061)
		(83.614)	(8.652)	6.664	-	(85.602)
Imobilizado líquido		26.328	(7.075)	(1.350)	(371)	17.532

	Vida útil				Transferência	31/12/2024
	média em anos	01/01/2024	Adições	Baixas		
Custo						
Instalações	25	434	83	-	-	517
Máquinas e equipamentos	6	22.599	2.791	(15)	-	25.375
Móveis e utensílios	6	4.924	25	-	-	4.949
Veículos	5	30.978	4	(586)	-	30.396
Equipamentos de informática	7	46.945	939	(1.443)	-	46.441
Ferramentas e aparelhos	-	2.264	-	-	-	2.264
		108.144	3.842	(2.044)	-	109.942
Depreciação acumulada						
Instalações		(114)	(48)	-	-	(162)
Máquinas e equipamentos		(9.169)	(1.936)	-	-	(11.105)
Móveis e utensílios		(4.230)	(175)	-	-	(4.405)
Veículos		(17.436)	(6.481)	403	-	(23.514)
Equipamentos de informática		(42.495)	(1.504)	436	-	(43.563)
Ferramentas e aparelhos		(672)	(193)	-	-	(865)
		(74.116)	(10.337)	839	-	(83.614)
Imobilizado líquido		34.028	(6.495)	(1.205)	-	26.328

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 8.652 em depreciação (em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 10.337).

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais e nos contratos de debêntures.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

15. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Vida útil				Transferências	31/12/2025
	em anos	31/12/2024	Adições	Baixas	(*)	
Custo						
<i>Software</i>	5	15.714	1.040	(81)	-	16.673
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão (**)		3.259.244	93.272	(1.658)	58	3.350.916
Outorga fixa (**)		634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso		14.958	19.452	(235)	-	34.175
		3.923.936	113.764	(1.974)	58	4.035.784
Amortização						
<i>Software</i>		(12.162)	(424)	61	-	(12.525)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(1.199.701)	(203.095)	699	-	(1.402.097)
Outorga fixa		(333.166)	(21.133)	-	-	(354.299)
Direito de uso		(8.636)	(5.392)	1	-	(14.027)
Amortização acumulada		<u>(1.553.685)</u>	<u>(230.044)</u>	<u>761</u>	<u>-</u>	<u>(1.782.970)</u>
Saldo intangível líquido		2.370.251	(116.281)	(1.213)	58	2.252.814
Infraestrutura em construção (***)		1.687	1.099	-	313	3.099
	Vida útil				Transferências	31/12/2024
	em anos	01/01/2024	Adições	Baixas	(*)	
Custo						
<i>Software</i>	5	14.862	852	-	-	15.714
Marcas e patentes	10	55	-	(35)	-	20
Direito de concessão (**)		3.129.141	130.102	-	-	3.259.244
Outorga fixa (**)		634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso		9.191	6.672	(905)	-	14.958
		3.787.249	137.626	(940)	-	3.923.936
Amortização						
<i>Software</i>		(12.114)	(48)	-	-	(12.162)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(1.007.621)	(192.082)	-	-	(1.199.701)
Outorga fixa		(312.033)	(21.133)	-	-	(333.166)
Direito de uso		(6.358)	(3.183)	905	-	(8.636)
Amortização acumulada		<u>(1.338.146)</u>	<u>(216.446)</u>	<u>905</u>	<u>-</u>	<u>(1.553.685)</u>
Saldo intangível líquido		2.449.103	(78.820)	(35)	-	2.370.251
Infraestrutura em construção (***)		2.098	(411)	-	-	1.687

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 230.044 em amortização (em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 216.834).

(*) O saldo refere-se a itens transferidos de infraestrutura em construção para o intangível, em função da conclusão de trechos de obras em rodovias.

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(***) Refere-se a obras e serviços de expansão em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. As principais naturezas referem-se a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros. O processo arbitral envolvendo a Companhia e a Metha, encerrou-se em dezembro de 2023, vide nota explicativa nº 19. Após a sua conclusão, o montante de R\$ 97.410 mantido no grupo de infraestrutura em andamento, foi transferido para o direito de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes são preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários: 4,26% a.a. de 2025 e 3,5% a.a. até o final da projeção.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e dos custos dos recursos externos.

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

16. DEBÊNTURES PRIVATIVAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>Adição do principal</u>	<u>Provisão juros</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo não circulante				
Debêntures	-	1.000.000	13.677	1.013.677
Total geral	<u>-</u>	<u>1.000.000</u>	<u>13.677</u>	<u>1.013.677</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 13.677 em juros sobre debêntures.

Debêntures – 1ª emissão

As debêntures descritas a seguir referem-se a títulos de dívida emitidos por terceiros, dos quais a Companhia é detentora, na condição de debenturista, fazendo jus ao recebimento do valor principal dos respectivos encargos financeiros, conforme as condições estabelecidas na escritura de emissão.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Em reunião do Conselho de Administração da Emissora (Infraestrutura Brasil Holding VI AS - IBH VI), realizada em 26 de novembro de 2025 (RCA da Emissora – 26.11.2025), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 5.133.228/25-9 em 03 de dezembro de 2025, foi aprovada a realização da primeira emissão privada de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única de acordo com a Instrução CVM nº 160 e alterada pela resolução CVM nº 226.

Foram emitidas 100.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 1.000.000, das quais a Companhia é titular. A emissão se deu em série única no dia 27 de novembro de 2025.

As Debêntures têm o prazo de vencimento de 181 meses, com vencimento em 31 de dezembro de 2036 e conferem à Companhia o direito ao recebimento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, disponibilizado em sua página na internet (http://www.b3.com.br/pt_br) (“Taxa DI”) acrescidos, exponencialmente, de uma sobretaxa de 1% (um inteiro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) (“Sobretaxa” e, em conjunto com a Taxa DI, a “Remuneração”) (“Juros Remuneratórios” ou “Remuneração”). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Início da Rentabilidade, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração

Os juros remuneratórios serão incorporados ao valor nominal unitário das Debêntures e recebidos pela Companhia em uma única parcela na data de vencimento das Debêntures (“Data de Recebimento da Remuneração”), exceto no caso de liquidação antecipada das debêntures em razão da ocorrência de um evento inadimplente, do resgate antecipado facultativo ou da amortização extraordinária facultativa, nos termos desta escritura de emissão.

O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em parcela única, devida na data de vencimento, a favor da Companhia exceto no caso de liquidação antecipada das debêntures em razão da ocorrência de um evento inadimplente, do resgate antecipado facultativo ou da amortização extraordinária facultativa, nos termos desta escritura de emissão.

17. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

a) Fornecedores

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores nacionais	20.945	20.254
Fornecedores provisão	2.383	4.685
Total	<u>23.328</u>	<u>24.939</u>

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 29.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Adiantamentos

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
Adiantamento a fornecedores (*)	60.436	-
Total	<u>60.436</u>	<u>-</u>

(*) O saldo de adiantamentos a fornecedores refere-se, predominantemente, a valores antecipados a prestadores de serviços vinculados a projetos de infraestrutura da Companhia, cujo cronograma de execução ocorre em etapas específicas. Tais adiantamentos têm por finalidade garantir a continuidade das atividades contratadas, conforme previsto nos respectivos contratos.

18. DEBÊNTURES

	31/12/2024	Custo de captação amortizado	Pagamento			Provisão	Variação	Transferências	31/12/2025	
			Principal	Atualização monetária	Juros	Principal	juros monetária			
Passivo circulante										
Debêntures	40.661	-	(31.500)	(7.261)	(83.859)	-	120.135	16.646	63.000	117.822
Custos a amortizar	(6.147)	7.250	-	-	-	(7.510)	-	-	(7.250)	(13.657)
Total	34.514	7.250	(31.500)	(7.261)	(83.859)	(7.510)	120.135	16.646	55.750	104.165
Passivo não circulante										
Debêntures	1.184.719	-	-	-	-	1.200.000	-	46.643	(63.000)	2.368.362
Custos a amortizar	(61.467)	475	-	-	-	(71.050)	-	-	7.250	(124.792)
Total	1.123.252	475	-	-	-	1.128.950	-	46.643	(55.750)	2.243.570
Total geral	1.157.766	7.725	(31.500)	(7.261)	(83.859)	1.121.440	120.135	63.289	-	2.347.735
Circulante	34.514									104.165
Não circulante	1.123.252									2.243.570

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 120.135 e R\$ 63.288 em juros sobre debêntures e variação monetária (em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 88.624 e R\$ 62.340, respectivamente).

	01/01/2024	Custo de captação amortizado	Pagamento			Provisão	Variação	Transferências	31/12/2024	
			Principal	Atualização monetária	Juros	juros	monetária			
Passivo circulante										
Debêntures	127.705	-	(70.202)	(60.107)	(88.427)	88.624	5.185	37.883	40.661	
Custos a amortizar	(7.824)	7.824	-	-	-	-	-	(6.147)	(6.147)	
Total	119.881	7.824	(70.202)	(60.107)	(88.427)	88.624	5.185	31.736	34.514	
Passivo não circulante										
Debêntures	1.165.447	-	-	-	-	-	57.155	(37.883)	1.184.719	
Custos a amortizar	(67.614)	-	-	-	-	-	-	6.147	(61.467)	
Total	1.097.833	-	-	-	-	-	57.155	(31.736)	1.123.252	
Total geral	1.217.714	7.824	(70.202)	(60.107)	(88.427)	88.624	62.340	-	1.157.766	
Circulante	119.881									34.514
Não circulante	1.097.833									1.123.252

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2025
Debenturistas – Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.240.116
Debenturistas – Série 4	IPCA	8,53% a.a.	15/03/2036	1.246.067
(-) Custos de transação – Debêntures				(138.448)
Total				2.347.735

Parcelas do circulante	104.165
Parcelas do não circulante	2.243.570

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2024
Debenturistas – Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.225.380
(-) Custos de transação – Debêntures				(67.314)
Total				1.158.066
Parcelas do circulante				34.514
Parcelas do não circulante				1.123.252

Vencimento longo prazo em 31/12/2025

2027	62.002
2028	103.337
2029	113.670
2030	164.979
2031 em diante	1.799.582
Total longo prazo	2.243.570

Vencimento longo prazo em 31/12/2024

2025	58.947
2026	28.014
2027	108.108
2028	123.558
2029 em diante	804.625
Total longo prazo	1.123.252

Debêntures – 3ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$1.050.000. A emissão se deu em série única.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% ao ano.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$61.468 (R\$ 67.614 em 31 de dezembro de 2024).

Debêntures – 4ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 06 de março de 2025 (RCA da Emissora – 06.03.2025), reunião do conselho de administração da emissora realizada em 05.06.2025 (“RCA da Emissora – 05.06.2025”), reunião do conselho de administração da emissora realizada em 22.08.2025 (“RCA da Emissora – 22.08.2025”), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

de São Paulo (JUCESP) sob o nº 86.040/025-0 em 17 de março de 2025, foi aprovada a realização da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Companhia, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 1.200 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 1.200.000. A emissão se deu em série única no dia 15 de junho de 2025. As debêntures são simples, não conversíveis em ações de espécie quirografária.

As debêntures têm o prazo de vencimento de 129 meses, com vencimento em 15 de março de 2036 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado à taxa 8,5334% (oito inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, a se 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir de 15 de março de 2026 (data do primeiro pagamento) e os demais pagamento de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente nos semestres subsequentes, sempre no dia 15 dos meses de março e setembro.

O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização sempre no dia 15 nos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2028.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 30.509 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 76.982.

As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (rating), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato da 3ª e 4ª emissões de debêntures, os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de cada ano.

Em razão da nova emissão foi concedido *waiver* alterando o índice de alavancagem 3,75 para 5,0x.

Os índices financeiros são:

- Dívida Líquida / EBITDA \leq 5,0 x.
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) Dívida Líquida / (2) EBITDA ajustado.

(1) Dívida Líquida = soma dos débitos bancários e títulos no mercado de capitais, excluídos os subordinados e os em tesouraria, subtraído do caixa, bancos, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(2) EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL),

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total – financiamentos – aporte de capital).

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Companhia avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado em 31 de dezembro de 2025.

19. CREDOR PELA CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$ 634.000, conforme Nota explicativa nº 15, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% é aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.113 (R\$ 1.929 em 31 de dezembro de 2024).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 23.140 (Em 31 de dezembro de 2024, foi pago ao Poder Concedente R\$ 21.213) referente à outorga variável.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 42.440. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 214.020. Vigência de 12 meses.

20. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

31/12/2025			
Probabilidade de perda			
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	2.115	15.900	18.015
Cíveis (*)	52.661	83.387	136.048
Ambiental	271	22.723	22.994
Total	55.047	122.010	177.057

31/12/2024			
Probabilidade de perda			
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	3.728	17.815	21.543
Cíveis (*)	54.174	168.710	222.884
Ambiental	243	3.512	3.755
Total	58.145	190.037	248.182

(*) A companhia foi acionada pela Investimentos e Participações S.A. ("INVEPAR") através do procedimento arbitral 110/2022/SEC8, o qual tramita em confidencialidade perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, a fim de discutir entendimentos diversos acerca da retenção de *Earn-out* previsto em *Sales-Purchase Agreement* ("SPA") firmado entre atual acionista controlador e a INVEPAR em abril/2020 em razão da compra da Companhia.

Natureza do risco	31/12/2024	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2025
Trabalhistas (a)	3.728	909	(539)	(1.117)	(888)	2.093
Cíveis e ambientais (b)	54.417	10.568	(6.410)	(8.653)	3.032	52.954
Total	58.145	11.477	(6.949)	(9.770)	2.144	55.047

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Natureza do risco	01/01/2024	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2024
Trabalhistas (a)	5.199	433	(229)	(1.087)	(588)	3.728
Cíveis e ambientais (b)	44.835	30.508	(15.600)	(9.299)	3.973	54.417
Total	50.034	30.941	(15.829)	(10.386)	3.385	58.145

Movimentação dos riscos prováveis:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o montante de R\$ 6.672 em provisão para riscos processuais líquidos (em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 8.111).

a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

c) Procedimento arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a Companhia recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$ 450.000, visando dirimir controvérsia decorrente de contrato de execução de obras civis celebrado entre as partes.

A CART apresentou defesa e formulou reconvenção, com pedidos contrapostos que totalizaram o valor provisório de R\$ 350.000. O procedimento arbitral foi regularmente instruído, com a produção de provas documentais, apresentação de laudos técnicos e realização de perícias.

No curso da arbitragem, em razão de ordem judicial de penhora oriunda de processo movido por terceiro alheio à relação contratual entre as partes, foi concedido prazo para manifestação. A Companhia apresentou impugnação, sustentando a ilegalidade da medida. A Câmara Arbitral decidiu pela improcedência do pedido de penhora e determinou o prosseguimento do feito.

Em 29 de março de 2021, foi proferida sentença arbitral parcial. Em novembro de 2023, realizada a apuração e a compensação recíproca de débitos e créditos entre as partes, verificou-se que, em função dos ajustes realizados, a Companhia foi condenada ao pagamento à Metha S.A., onde montante de R\$ 97.410,00 foi pago em janeiro de 2024.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

d) Depósitos judiciais

Natureza Dep. Judiciais	2025	2024
Trabalhistas	644	798
Cíveis	6.924	7.262
Tributária	1.014	979
Bloqueios judiciais	130	-
Total	8.712	9.039

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Trata-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo a decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante é de R\$ 644 (em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 798).

Depósitos Cíveis – garantias

Depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando a Companhia entra com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2025 o montante é de R\$ 6.923 (em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 7.262).

Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de dezembro de 2025 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 1.014 (em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 979).

21. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS

As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas antecipadas	2025	2024
Circulante	10.721	10.335
Não circulante	25.047	27.268
Total receita diferida	35.768	37.603

22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia estabelece provisões para grandes manutenções, quando necessário, com o objetivo de quantificar com precisão o passivo, utilizando a melhor estimativa do custo necessário para cumprir as obrigações vigentes na data do balanço. Essas obrigações referem-se à recomposição da infraestrutura aos padrões exigidos pelo poder concedente. Os ciclos de investimento ocorrem aproximadamente a cada cinco anos.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2025 são:

Provisão para manutenção	31/12/2024	Adições	AVP (*)	Consumo	31/12/2025
Passivo circulante	27.886	-	-	-	27.886
Passivo não circulante	46.868	22.993	1.996	-	71.857
Total	74.754	22.993	1.996	-	99.743

Provisão para manutenção	01/01/2024	Adições	AVP (*)	Consumo	31/12/2024
Passivo circulante	48.209	-	-	(20.323)	27.886
Passivo não circulante	28.921	18.405	(458)	-	46.868
Total	77.130	18.405	(458)	(20.323)	74.754

(*) Trata-se do ajuste a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 24.989 em provisão para manutenção (em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 18.405).

23. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação:

Passivo de arrendamento	2025	2024
Saldo inicial	7.131	3.635
Adições	19.453	6.672
Juros provisionados	1.540	478
Baixas	(233)	-
Pagamento de juros	(1.540)	(478)
Pagamento de principal	(6.104)	(3.176)
Total	20.247	7.131

Passivo circulante	5.752	2.952
Passivo não circulante	14.495	4.179

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 1.540 em juros provisionados de arrendamento (em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 478).

Para os contratos reconhecidos no ano de 2025, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a. (10,32% a.a. em 2024).

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.586.775 (R\$ 2.451.400 em 31 de dezembro de 2024), representados por 12.602.598.575 ações (12.602.598.575 ações em 31 de dezembro de 2024), sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias (sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024), integralmente subscritas pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

A redução de capital ocorreu em 09 de março de 2025, passando-o de R\$ 2.451.400 para R\$ 1.586.774,5, através de compensação contra a conta de prejuízos acumulados. Tal operação não altera

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

o número de ações ordinárias e preferenciais da companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A terceira e quarta emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado não automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035, desde que a emissora esteja em mora com quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão; e, ou, qualquer dos índices financeiros (*Covenants*).

Em 30 de julho de 2025, o Conselho de Administração em conformidade com o estatuto social e a cláusula mencionada, deliberou a favor da distribuição de dividendos aos acionistas. A distribuição de R\$ 34.854 foi efetivada em 29 de agosto de 2025.

c) Reserva legal

A Companhia segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído o montante de R\$ 3.908 a título de reserva legal, correspondendo 5% do lucro líquido do exercício.

25. RECEITAS

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2025 e 2024 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	2025	2024
Receita de pedágio	748.966	685.055
Receitas acessórias	22.356	22.228
Impostos	(66.464)	(61.160)
Receita líquida de serviços	704.858	646.123
Receita de construção (a)	90.734	129.691
Receita total	795.592	775.814

- (a) A receita de construção é reconhecida exclusivamente para fins contábeis, nos termos da ICPC 01 (IFRIC 12), sem impacto no caixa, pois possui contrapartida integral nos Custos dos Serviços de Construção. Não há incidência de tributos sobre faturamento, uma vez que não há emissão de nota fiscal, tratando-se apenas de reconhecimento contábil da receita e do respectivo custo.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Base de cálculo de impostos	-	-
Receitas com serviços	771.322	707.282
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(23.140)	(21.293)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(5.014)	(4.613)
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	(38.310)	(35.254)
Deduções da receita	(66.464)	(61.160)

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custo de obra	(90.734)	(129.692)
Provisão para manutenção	(22.451)	(18.404)
Depreciação e amortizações	(231.273)	(227.174)
Pessoal	(78.174)	(68.021)
Serviços terceiros (*)	(44.863)	(46.770)
Poder concedente	(23.140)	(21.281)
Conservação e manutenção	(33.898)	(29.867)
Provisão para contingências	(4.340)	(13.666)
Locações de imóveis e máquinas	(832)	(1.014)
Seguros	(3.486)	(3.597)
Outras despesas operacionais	(20.067)	(34.523)
Total	(553.258)	(594.009)
Custo de serviços prestados	(493.582)	(514.626)
Despesas gerais e administrativas	(59.676)	(79.383)
Total	(553.258)	(594.009)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, vigilância entre outros.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	29.540	6.001
Juros sobre aplicações financeiras debêntures	44.179	8.882
Outros	14.622	1.370
Total receitas financeiras	88.341	16.253
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(156)	(245)
Variação monetária passiva	(63.945)	(62.340)
Juros sobre debêntures	(127.860)	(88.624)
Outros	(9.930)	(7.978)
Total despesas financeiras	(201.891)	(159.187)
Total resultado financeiro	(113.550)	(142.934)

28. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Numerador básico		
Resultado do exercício	78.169	22.109
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)	12.602.598	12.602.598
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	<u>0,00620</u>	<u>0,00175</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havendo diferença entre o cálculo do lucro líquido por ação básico e diluído.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

b) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro 2025 e 2024, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício de 2025, conforme quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Nível	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Nível
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	373.010	-	-	91.034	-	-
Aplicações financeiras	51.025	-	-	9.984	-	-
Depósitos judiciais	8.712	-	-	9.039	-	-
Partes relacionadas	960	-	-	-	-	-
Contas a receber	49.192	-	-	43.205	-	-
Debêntures	1.013.677	-	-	-	-	-
Outros	9	-	-	9	-	-
Total do ativo	1.496.585	-	-	153.271	-	-
Fornecedores	-	23.328	-	-	24.939	-
Partes relacionadas	-	1.272	-	-	1.313	-
Debêntures	-	2.347.735	-	-	1.157.766	-
Concessão de serviço público	-	2.113	-	-	1.929	-
Passivo de arrendamento	-	20.247	-	-	7.131	-
Outras contas a pagar	-	1.178	-	-	335	-
Total do passivo	-	2.395.873	-	-	1.193.413	-

A administração da companhia informa que os fatores de riscos que está exposta são:

a) Metodologias utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros considera as condições de mercado vigentes na data do balanço, bem como as características específicas de cada ativo e passivo.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- Os saldos de contas a receber e fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (iii) Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 373.010 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 91.034 em 31 de dezembro de 2024) e Aplicações financeiras de R\$ 51.025 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 9.984 em 31 de dezembro de 2024). O caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+.

O *impairment* estimado no caixa e equivalentes de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

b) Exposição a riscos de créditos

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todos o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta valores a receber de R\$ 49.192 (R\$ 41.345 em

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2024), sendo 98,9% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 8 e nº 9, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

c) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e debêntures.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras e incluem os pagamentos de juros contratuais:

31 de dezembro de 2025	Contábil	Fluxo		Acima
		contratual	Até 1 ano	de 1 a 5 ano
Debêntures	2.347.735	2.736.514	273.652	2.462.862
Fornecedores	23.328	23.328	23.328	-
Partes relacionadas	1.272	1.272	1.272	-
Credor pela concessão	2.113	2.113	2.113	-
Passivo de arrendamento	20.247	30.651	8.382	22.269
Outras contas a pagar	1.178	1.178	1.178	-
Total	2.395.873	2.795.056	309.925	2.485.131

31 de dezembro de 2024	Contábil	Fluxo		Acima
		contratual	Até 1 ano	de 1 a 5 ano
Debêntures	1.157.766	1.713.495	171.350	1.542.145
Fornecedores	24.939	24.939	24.939	-
Partes relacionadas	1.313	1.313	1.313	-
Credor pela concessão	1.929	1.929	1.929	-
Passivo de arrendamento	7.131	10.795	2.952	7.843
Outras contas a pagar	335	335	335	-
Total	1.193.413	1.752.806	202.818	1.549.988

e) Análise de sensibilidade

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

As taxas consideradas foram:

31/12/2025

Referência para ativos financeiros Cenário provável

CDI Ativo (% ao ano)	12,15%
CDI Passivo (% ao ano)	12,15%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,05%

31/12/2024

Referência para ativos financeiros Cenário provável

CDI Ativo (% ao ano)	14,65%
CDI Passivo (% ao ano)	14,65%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,72%

Os indicadores utilizados para 2025 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 31/12/2025.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2025, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Exposição em 31/12/2025	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos e passivos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	373.010	CDI	12,15%	45.321
Aplicações financeiras vinculadas	51.025	CDI	12,15%	6.200
Debêntures (*)	1.013.677	CDI	12,15%	41.054
Debêntures (*)	(2.347.735)	IPCA	4,05%	(95.083)
Total	(910.023)			(2.508)

Impacto no resultado e patrimônio líquido

Instrumentos	Exposição em 31/12/2024	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos e passivos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	87.663	CDI	14,65%	12.843
Aplicações financeiras vinculadas	9.984	CDI	14,65%	1.463
Debêntures (*)	(1.157.766)	IPCA	4,72%	(54.647)
Total	(1.060.119)			(40.341)

Impacto no resultado e patrimônio líquido

(*) O montante equivalente a 100% das debêntures da Companhia está sujeita à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros do IPCA e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

30. SEGUROS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Seguradora	Ano	Soma de Limite Máximo de Indenização
D&O	Austral	10/08/2026	53.000
Fiança Locatícia - Edson Holmo	Pottencial	03/01/2027	90
Fiança Locatícia - Galpão Ourinhos	Pottencial	31/10/2027	199
Fiança Locatícia - Galpão Presidente Prudente	Pottencial	02/01/2028	142
Frota CART	Tokio Marine	07/07/2026	29.198
Frota PMRV	Tokio Marine	07/07/2026	4.432
Garantia - Ampliação	Pottencial	16/06/2027	37.632
Garantia - Ampliação - Endosso I	Pottencial	16/06/2027	39.633
Garantia - Operações	Pottencial	16/06/2027	222.996
Garantia - Operações - Endosso I	Pottencial	16/06/2027	234.848
Garantia Judicial	Pottencial	08/03/2026	616
Garantia Judicial	Pottencial	26/03/2026	342
Garantia Judicial	Pottencial	02/12/2026	943
Garantia Judicial	Pottencial	08/03/2027	16
Garantia Judicial	Pottencial	22/03/2027	222
Garantia Judicial	Pottencial	23/03/2027	296
Garantia Judicial	Pottencial	20/04/2027	370
Garantia Judicial	Pottencial	26/05/2027	1.256
Garantia Judicial	Pottencial	31/05/2027	591
Garantia Judicial	Pottencial	07/06/2027	872
Garantia Judicial	Pottencial	08/06/2027	341
Garantia Judicial	Pottencial	14/06/2027	2.739
Garantia Judicial	Pottencial	15/06/2027	605
Garantia Judicial	Pottencial	21/06/2027	148
Garantia Judicial	Pottencial	22/06/2027	1.123
Garantia Judicial	Pottencial	30/06/2027	55
Garantia Judicial	Pottencial	07/07/2027	332
Garantia Judicial	Pottencial	18/07/2027	332
Garantia Judicial	Pottencial	18/08/2027	1.109
Garantia Judicial	Pottencial	24/08/2027	2.018
Garantia Judicial	Pottencial	26/08/2027	10
Garantia Judicial	Pottencial	29/08/2027	576

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Garantia Judicial	Pottencial	16/09/2027	370
Garantia Judicial	Pottencial	26/09/2027	413
Garantia Judicial	Pottencial	28/09/2027	413
Garantia Judicial	Pottencial	13/10/2027	50
Garantia Judicial	Pottencial	24/10/2027	702
Garantia Judicial	Pottencial	25/10/2027	1.040
Garantia Judicial	Pottencial	06/11/2027	1.405
Garantia Judicial	Pottencial	30/11/2027	743
Garantia Judicial	Pottencial	01/12/2027	3.603
Garantia Judicial	Pottencial	08/12/2027	132
Garantia Judicial	Pottencial	20/12/2027	2.139
Garantia Judicial	Pottencial	21/12/2027	231
Garantia Judicial	Pottencial	05/01/2028	1.023
Garantia Judicial	Pottencial	24/01/2028	124
Garantia Judicial	Pottencial	05/03/2028	22.099
Garantia Judicial	Pottencial	21/03/2028	591
Garantia Judicial	Pottencial	08/04/2028	14.875
Garantia Judicial	Pottencial	10/04/2028	186
Garantia Judicial	Pottencial	11/05/2028	4.013
Garantia Judicial	Pottencial	01/06/2028	560
Garantia Judicial	Pottencial	21/07/2028	413
Garantia Judicial	Pottencial	18/09/2028	8.209
Garantia Judicial	Pottencial	04/10/2028	386
Garantia Judicial	Pottencial	01/11/2028	558
Garantia Judicial	Pottencial	15/01/2029	1.716
Garantia Judicial	Pottencial	16/01/2029	64
Garantia Judicial	Pottencial	08/02/2029	16
Garantia Judicial	Pottencial	10/04/2029	429
Garantia Judicial	Pottencial	04/07/2029	64
Garantia Judicial	Pottencial	17/07/2029	129
Garantia Judicial	Pottencial	15/08/2029	474
Garantia Judicial	Pottencial	28/11/2029	401
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	08/03/2026	692
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	26/03/2026	401
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	21/10/2026	425
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	26/10/2026	170
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	22/03/2027	251
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	20/04/2027	419
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	26/05/2027	1.426
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	31/05/2027	671
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	07/06/2027	990
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	08/06/2027	387
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	14/06/2027	3.108
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	15/06/2027	686
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	21/06/2027	168
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	22/06/2027	1.275
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	30/06/2027	63
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	01/12/2027	200
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	08/12/2027	149
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	05/03/2028	743
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	11/05/2028	257
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	21/07/2028	461
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	18/09/2028	2.576
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	10/09/2029	67
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	26/03/2026	449

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	21/10/2026	284
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	22/03/2027	280
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	26/05/2027	1.577
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	31/05/2027	734
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	07/06/2027	1.083
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	08/06/2027	427
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	14/06/2027	3.457
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	15/06/2027	743
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	21/06/2027	182
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	22/06/2027	1.392
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	30/06/2027	68
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	01/12/2027	75
Garantia Judicial - Endosso III	Pottencial	26/03/2026	502
Garantia Judicial - Endosso III	Pottencial	02/12/2026	1.325
Garantia Judicial - Endosso III	Pottencial	26/05/2027	623
Garantia Judicial - Endosso III	Pottencial	14/06/2027	3.851
Garantia Judicial - Endosso IV	Pottencial	08/03/2026	881
Garantia Judicial - Endosso IV	Pottencial	29/09/2027	999
Garantia Judicial - Endosso IV	Pottencial	13/08/2028	392
Garantia Judicial - Endosso VI	Pottencial	20/04/2027	463
Garantia Judicial - Endosso VI	Pottencial	18/08/2027	343
Garantia Judicial - Endosso VI	Pottencial	20/08/2027	1.007
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	28/06/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/07/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	10/08/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	22/08/2026	33
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/09/2026	33
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	13/09/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	21/09/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	28/09/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	25/10/2026	4
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	27/11/2026	13
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	05/12/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	03/05/2027	39
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/06/2027	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	06/08/2027	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	12/08/2027	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	16/08/2027	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	27/08/2027	171
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	10/09/2027	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	16/10/2027	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	22/11/2027	51
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	03/12/2027	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	13/12/2027	102
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	13/01/2028	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	19/02/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	07/03/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	10/03/2028	51
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/03/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	26/03/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	02/04/2028	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	09/04/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/04/2028	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	14/05/2028	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	20/05/2028	17

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	05/06/2028	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	24/06/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/07/2028	51
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	16/07/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	24/07/2028	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/08/2028	36
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	29/08/2028	36
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	01/09/2028	18
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	02/09/2028	36
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	31/10/2028	5
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	07/12/2028	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	14/05/2029	27
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	22/08/2029	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	07/10/2029	17
Garantia Judicial - Trabalhista - Endosso I	Pottencial	11/07/2026	82
Garantia Judicial - Trabalhista - Endosso I	Pottencial	09/10/2027	17
Garantia Judicial - Trabalhista - Endosso I	Pottencial	31/10/2028	10
Garantia Judicial - Trabalhista - Endosso V	Pottencial	22/07/2027	1.031
Garantia Judicial Trabalhista	Pottencial	08/04/2027	16
Garantia Judicial Trabalhista	Pottencial	05/06/2027	16
RE Faixas adicionais SP 327	Fairfax	18/11/2027	5.807
Responsabilidade Civil	AXA	06/07/2026	51.918
Risco Operacional	Tokio Marine	06/07/2026	163.000
Riscos Diversos - Equipamentos	Essor	06/07/2026	9.161
Seguro Drone Reta - Mini 2 e Phantom 4	AKAD	13/04/2026	736
Seguro Patrimonial - 4 Locais	CHUBB	25/11/2026	8.900

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrentes da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

31. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

32. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A seguir relacionamos as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo de fornecedor no fim do período	12.516	13.135

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião de conselho de administração realizada em 27/01/2026, deliberou pela distribuição de lucros intermediários, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante total de R\$ 60.409.353,85 (sessenta milhões, quatrocentos e nove mil, trezentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos), nos termos do artigo 204 da Lei das S.A. e do artigo 29, alínea b, do Estatuto Social da Companhia a serem pagos à única acionista da companhia, até o final do exercício de 2026.

* * *

José Henrique de Ávila
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro/RI

Domingos A. B. Mesquita
Contador CRC 1SP286185/O-9

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/A06F-86BC-6C04-7101>. Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: A06F-86BC-6C04-7101



Hash do Documento

30493783842CFFB7AFE3331BE3F1ECBB9521229966C6BB08F60F88DB0B2C42EE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/02/2026 é(são) :

- Gustavo de Souza Matthiesen - 321.008.008-92 em 27/02/2026
18:36 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital